



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA POR ATO DO PRESIDENTE Nº 58/2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DE 2020.

Às quinze horas do dia dez de agosto de dois mil e vinte, através do sistema eletrônico de videoconferência da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 58/2019, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL de nº 7.745 do dia 17 de maio de 2019, para apurar, debater e indicar política pública de enfrentamento ao feminicídio no Estado. Sob a Presidência da Deputada Cida Ramos, que iniciou cumprimentado todos os presentes, informou que o objetivo da presente reunião é discutir a atual situação de violência doméstica no Estado e unir esforços entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público e demais entidades representativas em prol da proteção das mulheres no contexto de maior vulnerabilidade durante a pandemia. Destacou a necessidade propor novas iniciativas de proteção a mulher, e informou que diversas leis aprovadas na Assembleia são frutos dos trabalhos da CPI, que os casos de violência aumentaram muito mundo, que a CPI tem realizado ações com o obtivo de alertar a população sobre a forma de denunciar e sobre as redes de proteção, que foram acompanhadas alguns casos de violência domésticas, que na ultima reunião ficou decido de convidar outras instituições, como a Famupe, Defensoria Pública, Secretaria de

Comunicação do Estado, Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa e outros. A Senhora Rafaela registrou a presença de Doutora Maisa, Doutora Renata, Senhora Sheila, Senhora Luciana Leal, Marcia Dorneles, Doutora Rosane, Irismar, Fabio Barros, Antonio Ribeiro, Monalisa, Catiana, Iaciara, Professora Anita, Normando. A Presidenta informou que de acordo com o boletim quadrimestral, da Delegacia Geral da Policia Civil da Paraíba, que em relação a medidas protetivas em março foram duzentos e sessenta, abril foram duzentos e vinte e sete, maio foram duzentos e vinte e oito, e junho foram duzentos e trinta e dois. Apresentou outros dados do relatório. Concedeu a palavra a Doutora Maisa, que após cumprimentar todos os presentes, relatou caso ocorrido de violência domestica informando que foi efetuada a prisão do autor do fato, que não existia registro em relação a vítima. Afirmou que entre janeiro a julho aconteceram dezessete casos de feminicídio. Informou que foram registrados quinhentos noventa e dois registros de ocorrência, que houve aumento de boletins online e no atendimento presencial houve redução, que foi retornado todo atendimento na região metropolitana. Defendeu a necessidade de continuar debatendo a questão da violência e questões educacionais, que precisa aumentar os serviços da patrulha Maria da Penha. A Doutora Renata afirmou que ocorreu retração do numero de casos, mais não quer dizer que a violência diminuiu. Falou que os serviços estão funcionando e preparados para acolher as mulheres, e que é necessários os familiares ficarem atentos. A Presidenta concedeu a palavra ao Senhor Antonio, representante do Tribunal de Justiça, cumprimentou todos, afirmou que os números são desconfortáveis, que a violência doméstica é endêmica, e precisa erradicar essa doença de gênero, que o Tribunal de Justiça não parou a atividades, que junto com o poder executivo foi realizado campanhas, com a possibilidade de renovação de medidas protetivas por telefone. Destacou a necessidade de buscar soluções efetivas para combater a violência doméstica. A Senhora Rafaela registrou a presença da Professora Elisangela Inácio e Patrícia Lair. A Presidenta concedeu a palavra a Doutora Rosane, que cumprimentou todos os presentes, disse que a violência de gênero está na cultura do patriarcado, e que a violência faz parte do processo de dominação. Afirmou que a desigualdade de gênero é estrutural e

complexa, e por isso as soluções também são complexas, sendo necessário discutir as questões de gênero. Relatou caso de vítima de feminicídio que tinha quatorze anos de idade, que foi arquivado por falta de provas, e está pedindo o desarquivamento do caso, para realização de investigação detalhada. Falou que a violência psicológica é subnotificada, que o Ministério Público está atendo e retornou com realização de atendimento presencial, que todos são responsáveis pela proteção a mulher, que através da possibilidade de denuncia online o numero de casos aumentaram, que os inquéritos tem sido feito e prisões. Afirmou que houve retração do número de feminicídio em relação ao ano de dois mil e dezenove. A Presidenta concedeu a palavra a Doutora Monalisa, que cumprimentou todos os presentes, afirmou que é necessário ter interação em rede, que a violência domestica tem como foco de combate o sistema penal, e que tem se mostrado ineficaz, que os autores são presos e retornam para a sociedade ainda mais violento, com perpetuação do ciclo de violência. Falou que a Lei Maria da Penha elenca diversos direitos, que na cidade de Patos existe ausência do estado, e existe a perpetuação do discurso machista. Disse que no Brasil são gastos são gastos quinhentos e dois bilhões por ano com violência doméstica. Defendeu que sejam realizados em assistência social, que nos Estados Unidos existe o sistema chamado de assistência restaurativa, e que é necessário capacitar de forma efetiva as redes de proteção a mulher. Informou que devido a pandemia tem realizado cursos de forma online, que precisa do empenho de todas as instituições possam participar das formações. Falou que verificou situações em que os agressores culpam as mulheres pela violência que eles causaram, que na cidade de Pocinhos realizou cursos para as mulheres com professores voluntários, que muitas mulheres permanecem no ciclo de violência em virtude de dependência econômica. Destacou que forma de investimento do dinheiro publico ao combate de violência doméstica não é efetiva. A Presidenta concedeu a palavra ao Senhor Fábio, representante da Secretaria de Comunicação, que após cumprimentar todos os presentes, afirmou que sua esposa é serventária da justiça, que trabalhou em plantão judiciário de final de semana e relatou que oitenta por cento dos casos foram referentes a violência doméstica. Disse que a Secretaria de Comunicação do Estado produziu vídeo que são

divulgados nas redes sociais e campanhas de publicidade. A Presidenta concedeu a palavra ao Senhor Normando, representante da Famupe, disse que todas as vezes que uma mulher é violentada, toda a sociedade é prejudicada, que necessário ter trabalho mais efetivo na esfera municipal. A Presidenta concedeu a palavra a Senhora Isabela Ramalho, representante da OAB, que cumprimentou todos os presentes, disse que é necessário reconhecer os avanços existentes, como a Lei Maria da Penha e outras legislações, que a violência doméstica é uma pandemia existe, que o ordenamento brasileiro adotou ordenamentos internacionais, que é necessário prevenir, punir e erradicar a violência doméstica. Defendeu a necessidade de interação da rede, que participou de seminário internacional, e foi reconhecido que o Brasil possui legislação de combate a violência, e que é necessário crescer na prevenção. Disse que não basta apenas denunciar, é necessário ofertar outros serviços, e que em muitas situações não há estrutura do estado e atendimento com perspectiva de gênero. Defendeu que é preciso proteger a mulher, de forma prioritária. A Sra. Anita Leopereira saudou a todos, parabenizou a deputada Cida Ramos pela institucionalização da defesa das mulheres nos estabelecimentos comerciais, colocou a UFPB a disposição para colaborar e contribuir com o processo de erradicação da violência contra a mulher, mencionou os órfãos do feminicídio que é mais uma questão a ser tratada diante dessa problemática, sugeriu a publicação e divulgação da Lei Maria da Penha na íntegra pois a maior parte das pessoas não a conhecem e sua leitura é educacional, sugeriu também a colocação da frase “Violência contra mulher é crime. Denuncie” nas contas de água e luz, falou sobre a necessidade de envolver a Secretaria de Educação no enfrentamento a essa problemática. Em seguida a Sra. Katiane Cavalcante agradeceu a contribuição de todos, mencionou que o governador noticiou que irá ampliar a Patrulha Maria da Penha, registrou que durante a pandemia houve um aumento no número de casos de violência doméstica chegando nos CREAS regionais, constatou que ainda existem poucos serviços de atendimento à mulher vítima de violência, afirmou que a grande maioria das delegacias comuns não estão preparadas para receber esses casos de violência, refletiu sobre a necessidade de capacitação para os atores de toda a rede de atendimento à mulher

vítima de violência. Dando continuidade a Sra. Luciana Leal salientou que sempre teve boa influência da deputada Cida e que nos dias hoje a Secretaria de Segurança Alimentar continua executando os programas implantados na gestão da deputada, falou da importância da distribuição de renda através desses programas assistenciais, mencionou algumas ações desenvolvidas pelo governo do estado como a distribuição de cestas básicas e o aumento do número de refeições servidas nos restaurantes populares. Foi registrada a presença da assessora da deputada Estela Bezerra. Prosseguindo a Sra. Irismar Batista afirmou que o Conselho Regional de Psicologia criou uma comissão de “Gênero e Diversidade”, disse que o Conselho Federal de Psicologia - CFP criou uma Comissão de Políticas Públicas que lançou um manual de orientação técnica para a atuação dos psicólogos em programas de atenção às mulheres vítimas de violências, em 2020 o CFP lançou a resolução que estabelece normas de atuação do exercício profissional em relação à violência de gênero, afirmou que o Estado da Paraíba trabalha a implantação e criação de organismos de políticas para as mulheres, mas não adianta só criar o organismo, tem que empoderá-los, encerrou questionando se não está na hora de a gente fazer uma política mais acirrada, em relação aos organismos de política para as mulheres. A Sra. Sheyla Campos se apresentou como representante do projeto “Políticas para Elas” que é voltado para discutir os dilemas da mulher moderna, os desafios da mulher nos espaços de decisão e poder, alegou que como sociedade, temos que fazer a nossa parte, informou que 93% dos municípios do nosso Estado não possuem Delegacia da Mulher, reforçou a necessidade de o Estado, em parceria com escolas, fomentar políticas e trabalho. Logo após a Sra. Elisângela Inácio fez breves considerações sobre as ações da universidade nesse tempo de pandemia, a universidade tem relatado e acompanhado esses casos de violência patrimonial e doméstica, e também a digital, destacou a importância da ampliação da campanha do sinal vermelho, o X na mão, colocou a universidade à disposição das instituições e das equipes interprofissionais, tanto para construir e ofertar cursos de capacitação, nesse momento dos encontros remotos, mencionou que no município de João Pessoa existe a Lei Marielle Franco, que contempla o ensino das noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas, falou sobre a necessidade de fortalecer esse

diálogo com os outros cursos de graduação para trabalhar a importância da prevenção e o enfrentamento com os estudantes homens, dos mais diversos cursos que nós temos nas instituições de ensino superior. A Sra. Maysa Félix afirmou que a qualificação tem sido constante, em parceria não somente com a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, mas também com a universidade, disse que a qualificação é continuada e em parceria, mencionou que é necessário que os CREAS, quando tiver esse tipo de ocorrência, formalize o contato com a coordenação para que possam intervir. A presidente deputada Cida Ramos e a Sra. Raphaela Ramalho agradeceram a presença e contribuição dos participantes, não havendo mais nada a discutir foi encerrada a Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva e Karla Georgea Castro Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. 10 de agosto de 2020.


Deputada Cida Ramos
Presidenta